

Álvaro Manuel Vaía dos Santos Gonçalves Ribeiro e no comandante operacional distrital de Viseu António César Silva Rodrigues da Fonseca, as seguintes competências:

a) Aprovar ou autorizar o expediente relativo a projetos de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE), vistorias e inspeções, no âmbito do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, excluindo os processos classificados na 4.ª categoria de risco que devem ser remetidos para a decisão da Autoridade Nacional de Proteção Civil/Direção Nacional de Planeamento de Emergência (DNPE);

b) Aprovar ou autorizar o expediente relativo a medidas de autoproteção, no âmbito do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro;

c) Aprovar ou autorizar o expediente relativo a processos relacionados com os instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, os Comandos Distritais de Operações de Socorro seguem as determinações e orientações técnicas emanadas da DNPE, no que se refere a matérias ou atividades de segurança contra incêndio em edifícios, análise, estudo e monitorização do risco, planeamento de emergência de proteção civil e gestão e ordenamento territorial.

3 — Nos termos do artigo 137.º do CPA, na sua versão atual, ratifico todos os atos praticados no âmbito da presente subdelegação de competências, desde 03 de junho de 2013 até à data de publicação do presente despacho.

4 — O presente despacho entra em vigor à data da sua publicação.

15 de julho de 2013. — O Diretor Nacional de Planeamento de Emergência, *José António Oliveira*.

207127671

Guarda Nacional Republicana

Comando-Geral

Declaração de retificação n.º 842/2013

Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 10190/2010, de 26 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, de 17 de junho de 2010, retifica-se que onde se lê «Cabo 1836538 Celestino do Nascimento Peso» deve ler-se «Guarda 1836538 Celestino do Nascimento Peso».

8 de julho de 2013. — O Diretor de Justiça e Disciplina, *José Fernando Magalhães Gaspar*, coronel.

207125987

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Aviso (extrato) n.º 9616/2013

Por despacho de 15-05-2013, de S. Ex.º o Ministro da Administração Interna, foi aplicada a pena de demissão ao agente principal da PSP M/138871, Manuel Vítor Matias Contente, do Comando Metropolitano de Lisboa, filho de Joaquim José Contente e de Leonor Perpétua Matias, nascido em 23-06-1967, natural de Beringe, Beja.

17-07-2013. — O Diretor do Gabinete de Assuntos Jurídicos, *Domingos Marques Nunes Lourenço*.

207127785

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Aviso (extrato) n.º 9617/2013

Licenciada Maria Leonor Canedo Silveira Botelho, Juiz de Direito, cessou, a seu pedido, a comissão de serviço que vinha exercendo, como docente no Centro de Estudos Judiciários, com efeitos a 15 de julho de 2013.

16 de julho de 2013. — A Diretora do Departamento de Apoio Geral, *Maria Eufémia Fonseca*.

207126601

Aviso (extrato) n.º 9618/2013

Por deliberação do Conselho Superior da Magistratura, de 20 de junho de 2013, foi autorizada a renovação da comissão de serviço dos Juizes Desembargadores, Licenciado Nuno Manuel Guimarães Faria Machado

Sampaio e Licenciado Manuel José Pires Capelo, como coordenadores distritais da formação nos tribunais, em regime de acumulação e com redução de serviço, nos termos do disposto no artigo 84.º, n.ºs 2 e 3 da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro.

16 de julho de 2013. — A Diretora do Departamento de Apoio Geral, *Maria Eufémia Fonseca*.

207126561

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso (extrato) n.º 9619/2013

Nos termos do n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento do Curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras do Grupo de Pessoal Oficial de Justiça, aprovado pela Portaria n.º 832/2007, de 3 de agosto, e para efeitos da audiência dos interessados, torna-se público que a lista dos candidatos aprovados e excluídos da prova final, aberta por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8886/2013, de 12 de julho de 2013, realizada no dia 12 de julho de 2013, se encontra disponível na página oficial da Direção-Geral da Administração da Justiça (www.dgaj.mj.pt).

19 de julho de 2013. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

207137059

Despacho n.º 9869/2013

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, publicitado através do Aviso n.º 7746/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho de 2013, com vista ao recrutamento para o cargo de direção intermédia de 1.º grau de Diretor de Serviços Jurídicos e Cooperação Judiciária Internacional, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça.

Cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal, o júri propôs que a designação recaísse sobre a candidata Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo, por ter evidenciado os requisitos formais e específicos para a ocupação do cargo a prover e por ter demonstrado ser detentora de experiência profissional comprovada, perfil adequado e competências técnicas e pessoais necessárias para o exercício das funções de dirigente, em particular, para o exercício das atribuições que a este cargo compete.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto nos n.ºs 9, 10 e 11 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Designo, em comissão de serviço pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de diretora de serviços da Direção de Serviços Jurídicos e Cooperação Judiciária Internacional, a licenciada Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo, inspetora da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça.

2 — A designação produz efeitos à data do presente despacho.

3 — Nos termos do disposto no n.º 11, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, anexa-se a nota relativa ao currículo académico e profissional da designada.

15 de julho de 2013. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

ANEXO

Nota Curricular

Nome — Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo

Data de nascimento — 10 de outubro de 1972

Categoria — inspetora

Habilitações literárias — Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

Experiência profissional:

Diretora de Serviços Jurídicos e Cooperação Judiciária Internacional, em regime de substituição, da Direção-Geral da Administração da Justiça, desde janeiro de 2013;

Chefe de Divisão de Apoio Jurídico e Cooperação Judiciária Internacional, em regime de substituição, da Direção-Geral da Administração da Justiça, de novembro de 2011 a dezembro de 2012